

Servidor é condenado a devolver salário que recebia no lugar do irmão

Lotado no Senado, Paulo Coutinho não trabalhava por estar preso

• BRASÍLIA. O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o servidor do Senado Sílvio Esteves Coutinho a devolver R\$ 1,1 milhão por recebimento irregular de salário. Os auditores do TCU descobriram que o servidor recebia o pagamento em nome de seu irmão Paulo Esteves Coutinho, que não trabalhava por estar preso no Núcleo de Custódia de Brasília, cumprindo condenação de 15 anos de reclusão.

A irregularidade foi cometida entre 1991 e 1996. Silvio tra-

balhava na liderança do PFL no Senado, onde também estava lotado seu irmão. O TCU informou que Sílvio tem 15 dias para comprovar o pagamento do R\$ 1,1 milhão.

A funcionária Maria Socorro Rodrigues, que era chefe de gabinete na liderança, foi multada em R\$ 10 mil por também ser responsável pela irregularidade. Ela deixou de registrar a ausência no trabalho de Paulo, por mais de dois anos. Ela também tem prazo de 15 dias para pa-

gar a multa. Caso o débito não seja pago no prazo determinado, o TCU autorizou o desconto no salário dos condenados.

Na defesa apresentada ao TCU, Maria Socorro disse que a responsabilidade de controlar a presença dos servidores era apenas de Sílvio. O argumento não foi aceito pelo tribunal. Já Sílvio reconheceu que recebia o salário pelo irmão. Ele alegou que, por estar preso, o irmão tinha que pagar para não sofrer agressões. ■